

PROJETOS SOCIAIS E TERCEIRO SETOR: COMO AMBOS SUPREM A DEMANDA DO PODER PÚBLICO?

Lucas Vinicius Santos Santana ¹

Business School Unoeste

Marco Antonio Catussi Paschoalotto ²

Nova School of Business and Economics

Gustavo Yuho Endo ³

Business School Unoeste

Resumo

O Terceiro Setor ganhou notoriedade nos últimos tempos sendo importante para a sociedade, auxiliando na construção cidadã de muitas pessoas por meio de seu tratamento as questões sociais para a constante melhoria de uma localidade ou região. Porém, são poucos os estudos que buscam compreender de que forma esse setor supre a demanda que é de juízo do poder público. O objetivo deste artigo é analisar de que forma os projetos sociais e terceiro setor suprem a demanda do poder público. O estudo qualitativo e exploratório, feito por meio de entrevistas semiestruturadas, além da análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que tais organizações suprem parcialmente a demanda social que é destinada a elas, tendo amplas áreas de atuação e seu desejo de serem autossuficientes. O estudo contribuiu com a academia ao expor e trazer novos resultados para Projetos Sociais e Poder Público.

Palavras-chave: Organizações, Terceiro Setor, Estado, Poder Público, Demanda Social.

Social projects and the third sector: how do they both meet the demand of government?

Abstract

The Third Sector has gained notoriety in recent times, being important for society, helping in the citizen construction of many people through its treatment of social issues for the constant improvement of a locality or region. However, there are few studies that seek to understand how this sector meets the demand of the public authorities. The purpose of this article is to analyze how social projects and the third sector meet the demand of the government. The qualitative and exploratory study, done through semi-structured interviews, in addition to content analysis. The results showed that such organizations partially supply the social demand that is destined for them, having wide areas of activity and their desire to be self-sufficient. The study contributed to the academy by exposing and bringing new results to Social Projects and Public Authorities.

Keywords: Organizations, Third Sector, State, Government, Social Demand.

Proyectos sociales y tercer sector: ¿cómo apoyan ambos la demanda de las autoridades públicas?

Resumen

El Tercer Sector ha ganado notoriedad en los últimos tiempos, siendo importante para la sociedad, ayudando en la construcción ciudadana de muchas personas a través de su tratamiento de los temas sociales para la mejora constante de una localidad o región. Sin embargo, son pocos los estudios que buscan comprender cómo este sector atiende la demanda de las autoridades públicas. El propósito de este artículo es analizar cómo los proyectos sociales y el tercer sector satisfacen la demanda de los poderes públicos. Estudio cualitativo y exploratorio, realizado a través de entrevistas semiestruturadas, además de análisis de contenido. Los resultados mostraron que dichas organizaciones satisfacen parcialmente la demanda social que se les destina, teniendo amplias áreas de actividad y su afán de autosuficiencia. El estudio contribuyó a la academia exponiendo y aportando nuevos resultados a Proyectos Sociales y Autoridades Públicas.

Palabras clave: Organizaciones, Tercer Sector, Estado, Poder Público, Demanda Social.

¹ Graduado em Administração pela *Business School* Unoeste, Brasil. E-mail: lucas.viniciusantana@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1453-8632>

² Doutor em Administração de Organizações pela Nova School of Business and Economics, Portugal. E-mail: marcocatussi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2276-8531>

³ Mestre em Administração pela *Business School* Unoeste, Brasil. E-mail: gustavo_endo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2737-6596>

INTRODUÇÃO

O Estado como órgão público de administração, controla uma sociedade e tem de executar as leis, fiscalizando-as a fim de organizar seus indivíduos garantindo boas condições para eles. Assim, tem constantemente sobre seus ombros, claros desafios de inclusão e inserção de sua população nos mais diversos aspectos sociais que levam a dignidade humana e resolução de problemas sociais, ou seja, é responsável por oferecer serviços públicos por meio de programas e políticas públicas que redirecione seus esforços para a grande demanda social de uma nação. (Santos, 2018)

Por outro lado, temos o terceiro setor. O número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos evidencia a grande importância dessas instituições no país. De acordo com a pesquisa mais recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2016, no Brasil existiam 236.950 organizações desse tipo em atividade naquele ano. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016)

Consequentemente há um impacto econômico dessas organizações na economia brasileira e isso pode ser observado através dos resultados do próprio IBGE, onde mostrou que o terceiro setor ocupava no ano de 2016, 2.272.131 pessoas de forma assalariada, o que correspondia a aproximadamente 1,10% da população do país que na época era de 206.081.432 pessoas. (IBGE, 2016)

Ainda sobre o fator econômico, os salários e remunerações de colaboradores desse setor somados chegaram aos R\$ 80.358.495,00 no ano em questão, portanto pode-se perceber que essas instituições são de extrema importância na cadeia econômica do Brasil, mostrando impactos relevantes e números expressivos no emprego e renda, condições socioeconômicas importantes para os cidadãos. (IBGE, 2016)

Até o ano de 2013 existiam apenas 115 produções científicas sobre o tema Terceiro Setor, o que contrastava com o alto número de instituições que existiam naquele ano: 275.662 unidades locais, conforme resultado publicado pelo IBGE em pesquisa realizada no ano de 2013, demonstrando uma clara divergência e baixa procura pelo assunto. (IBGE, 2016; Marques et al., 2015)

Apesar da importância econômica e social que os Projetos Sociais e o Terceiro Setor têm atualmente, ainda existem poucos estudos que demonstram e relacionam as demandas dessas organizações supracitadas com a do setor público, sendo algo que deve ser estudado pela relevância que esse ramo de atuação ganhou.

Dessa forma, para ajudar a preencher essa lacuna, a pesquisa girou em torno da problemática “Projetos Sociais e Terceiro Setor: como ambos suprem a demanda do Poder Público?”. A pesquisa teve o objetivo geral analisar de que forma essas organizações suplementam ou realizam de forma parcial ou integral, serviços que a princípio seriam da alçada pública. Já os objetivos específicos buscaram identificar o papel dessas organizações de cunho social, identificar o papel do poder público frente aos direitos dos mais diversos aspectos da sociedade e comparar o papel do poder público com o cumprimento de suas atribuições.

Portanto, o artigo em questão se justifica ao dar mais credibilidade aos projetos sociais e organizações presentes no terceiro setor, de modo que essa qualificação se torne um fator positivo e relevante para essas obterem recursos necessários por meio de parcerias para o desenvolvimento de forma mais eficiente de suas atividades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No país atualmente existem três frentes setoriais, cada uma com sua finalidade e responsabilidade, finalidades essas que podem ser explicadas de acordo com seu setor. O primeiro setor – o Estado, como se sabe é financiado pela própria sociedade através dos impostos, o que posteriormente se torna a fonte de investimentos públicos voltados para a própria população. O segundo setor por sua vez são as empresas detentoras de produtos e serviços, essas são financiadas pelo dinheiro privado para fins posteriores também privados. Já o Terceiro Setor diversas vezes conta com dinheiro público ou privado, mas sempre para fins públicos.

Definições de Estado

O Estado tem por objetivo levar serviços satisfatórios para a sua sociedade, sejam elas no setor de saúde, educação, economia, esporte e lazer, pois a sociedade está interessada na qualidade e no real benefício desses serviços para ela, enquanto pessoa (Basto et al., 1993).

O Estado se diverge das organizações de lucro, pois tem seu objetivo público e para o público. Caracteriza-se por enviar seus esforços para um bem-estar comum da sociedade, de modo que isso tenha progressão com o tempo, gerando assim efetividade dessas boas práticas, e que ao final o resultado possa ser cada vez mais o encurtamento da distância do que é buscado pela população em relação ao que é ofertado pelo poder público (Santos & Noleto, 2019).

Um Estado que tem por objetivo ser reconhecido por suas boas práticas e assistencialismo, deve abordar de modo a acolher seus indivíduos, para uma garantia de direitos sociais a esses, caso queira ser considerada como uma sociedade evoluída, devendo fornecer a sua população a garantia da cidadania, por meio de aspectos sociais que são inerentes a todo ser humano (Paes & Santana, 2014).

Na mesma linha de pensamento pode-se perceber que o aparelho estatal deve garantir condições igualitárias para seus membros e que a garantia dos direitos políticos e civis dependem da forma com que o Estado age. Existem, portanto dois modos de ações considerados essenciais para a garantia dos direitos sociais são eles: habilitador, ao qual o estado deve proporcionar oportunidades no âmbito educacional; e compensador, pois deve cuidar e zelar pelos mais desfavorecidos da sociedade (Iglesias, 2010).

O bem estar social, ao qual vivemos atualmente, surgiu da necessidade de confrontar um estado liberal, antecessor a esse, ao qual tinha como característica a maximização dos lucros, valorização das liberdades individuais e a ascensão da burguesia, portanto, surge o estado social que se preocupa cada vez mais com a classe trabalhadora, liberdades coletivas e plenas ascensão dos menos favorecidos, confrontando um Estado que tinha políticas públicas não voltadas para as condições satisfatórias sociais da população (Fabríz & Teixeira, 2017).

Bem-estar esse que veio a se implantar a partir da Constituição de 1988, onde são assegurados a população diversos direitos sociais, sendo eles: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância e a assistência aos desamparados. O Estado passa a considerar importante para uma vida digna, que tais direitos sejam respeitados e assegurados (Barcarollo, 2013).

Funções do Tributo

A partir do entendimento do que é o Estado e de sua função perante a sociedade, podemos visualizar seu direcionamento quanto aos esforços que visem à estabilidade social para ao final alcançar a dignidade de sua população. Esforços estatais esses que podem ser realizados através da arrecadação de tributos.

A sociedade não deve pensar na tributação como uma mera entrega monetária ao poder público, mas sim pensar de modo amplo, modo esse que deve ser interpretado pela população como um investimento que visa retornos necessários para uma vida digna, ou como o autor destaca: do povo para o povo (Ribeiro et al., 2018).

Os tributos exercem papel primário de municiar e fortalecer os cofres públicos, isso de modo geral. O tributo é hoje, uma fonte de recursos importantíssima na formação e implementação de políticas públicas sociais (Dupont & Diehl, 2015).

São entendidos como instrumentos de planejamento de governo, sendo uma ferramenta importantíssima para a garantia do seu plano e de seus objetivos. Os tributos são uma maneira essencial de a população adquirir o bem-estar social, desde que seu compromisso com o poder público seja concretizado e as posteriores ações sejam elaboradas e executadas de forma eficiente pelo governo em atuação (Faria, 2018).

Políticas Públicas

Para garantir tais direitos, o Estado não poderia mais ser o mesmo, portanto ele deveria estabelecer políticas públicas que beneficiassem sua sociedade, seja de uma forma fragmentada – no caso de uma demanda ou público específico - ou geral (Dantas et al., 2017). As políticas públicas podem ser entendidas como estratégias de gestão governamentais que tem como objetivo final solucionar problemas até então comuns na sociedade (Viegas et al., 2020).

Portanto, as políticas públicas são entendidas como os movimentos que o Estado faz que afeta aquilo que é conhecido como ordem social de uma sociedade, como mudança de salário-mínimo e diminuição de impostos de energia elétrica por exemplo. As políticas públicas surgem em dois modos: a de Estado e a de governo. A primeira mais abrangente e que visa à estabilização dessas ações de modo que se perpetue em um espaço, seja ele municipal, estadual, federal ou até mundial. Já a segunda, compreende ações que visam serem adotadas pelo governo em questão, trata-se, portanto de ações políticas transitórias, diferentemente da primeira que tende a se consolidar (Andrade & Santana, 2017).

Já os discursos e práticas do governo que esteja atuando, podem ser entendidos como respostas pontuais a demandas de específicos públicos. De acordo com o autor, isso pode explicar o porquê de muitas vezes essas práticas não serem planejadas da devida forma, escancarando o

modo com que a gestão pública busca resolver o problema, mas não de forma efetiva, ou seja, isso posteriormente pode vir a se tornar outra demanda social ou até ser um fator recorrente. (Faé, 2017)

Mais adiante, podemos observar a relação da criação do Terceiro Setor com as políticas públicas, onde a criação desse setor foi entendida como uma resposta a aspectos sociais que aos olhos da sociedade civil eram encarados como problemas. De certa forma esse movimento inicial de criação pode ser encarado como uma ação coletiva (Gois, 2018).

Projetos Sociais e Terceiro Setor

Ao saber o que é o Estado, seu meio de arrecadação, um pouco de sua estratégia para direcionamento financeiro e sua posterior responsabilidade frente à sociedade, entra em cena o Terceiro Setor, que vem como uma frente alternativa em resposta aos anseios sociais. Essas organizações emergem de forma proporcional aos problemas sociais na sociedade, sendo uma alternativa desburocratizada para alcançar as pessoas com o intuito de levar cidadania para as periferias, além de passar pela estratégia de Estado em descentralizar o poder, para fim de racionalização dos trabalhos sociais (Junqueira, 2004).

Os movimentos sociais dos anos de 1980 começaram a se opor ao Estado, e isso era característica marcante da época, pois de acordo com a autora, tais movimentos eram pautados primeiramente para estar em contraposição ao aparelho estatal – como forma de resistência - para só depois em segundo plano dar ênfase aos anseios sociais e assistenciais visando uma melhoria da sociedade (Gohn, 2011).

Não há unanimidade no conceito de organizações do Terceiro Setor, e isso pode ser comprovado através das definições dos mais diversos autores, mas de forma clara e ampla caracterizam-se como organizações sem fins lucrativos provindo da natureza privada seja ela pela pessoa física ou jurídica (Calixto, 2009).

Essas organizações não têm limites de atuação e por isso fica difícil delimitá-las, pois elas atuam em diversas faces socialmente importantes para a comunidade. Essas organizações se adaptam a outros setores – Estado e Mercado - penetrando entre si (Moura & Fernandes, 2009).

Após a criação dos atos legais que facilitaram e oficializaram a existência das organizações, pode-se perceber uma maior aceitação do Estado em receber e a acatar as organizações, de certa forma o Estado percebeu o quão importante eram essas organizações para ele próprio, como para a população, visto a aceitação e seus benefícios amplos e multisetorias nas camadas sociais brasileiras, houve a partir daí uma maior relação entre o Primeiro e o Terceiro Setor (Carvalho & Porto, 2016).

Para isso, o terceiro setor necessita de recursos financeiros, materiais e humanos. O recurso financeiro sendo o mais importante, pois muitas vezes essas organizações surgem com muito desejo de atender a problemas sociais, a fim de fazer investimentos para a continuidade do trabalho, expansão dos atendimentos por meio de estratégias que façam a instituição mais forte, onde estejam aptas a suportarem a crescente demanda social.

Os convênios, menos rígidos e ferrenhos que os contratos tradicionais, surgem como a celebração entre Estado e Terceiro Setor, onde são ajustados buscando um objetivo comum; caso haja um repasse de recursos, este terá relação com o objetivo; a organização do Terceiro Setor se compromete a prestar contas ao Estado (Ribeiro, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, ao qual se aborda seus atores de pesquisa de um modo mais profundo, se comparada à abordagem quantitativa (Matias Pereira, 2019). Busca estabelecer a ligação entre o que é subjetivo e o que é real em relação ao que está sendo estudado. Esse tipo de pesquisa visa analisar as qualificações, características e de que forma o objeto de pesquisa se desenvolve (Cooper & Schindler, 2016; Matias Pereira, 2019).

A abordagem se fez de forma subjetiva, onde o entrevistado teve de elaborar mais seu pensamento, o que exigiu ainda mais da capacidade analítica do pesquisador, pois o mesmo teve de analisar os dados coletados e separá-los de forma organizada para uma maior facilidade na análise dos mesmos. A abordagem qualitativa buscou extrair do entrevistado o que ele teve a dizer sobre o tema, para posteriormente entender como essas qualificações confirmaram ou negaram a hipótese pré-estabelecida, através dos dados subjetivos (Cooper & Schindler, 2016).

O tipo de pesquisa foi a exploratória, pois ela se aplica para temas onde o assunto foi pouco estudado ou ainda para assuntos que possuem abordagens únicas, e precisam ser abordadas por outro ponto de vista (Matias Pereira, 2019). Esse tipo de pesquisa também se mostrou a ideal, pois buscou colher os resultados juntamente com as pessoas que estão totalmente ligadas com o tema no cotidiano, fazendo delas uma fonte de informação extremamente relevante para discorrer sobre o objeto de estudo (De Sordi, 2017; Matias Pereira, 2019).

Para atender os objetivos pré-estabelecidos na seção de introdução, o método de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, que consistiu em utilizar de um roteiro com questões previamente preparadas, para direcionar a mesma para uma breve discussão entre entrevistador e entrevistado visando extrair os dados que são relevantes para solucionar a problemática por meio das respostas, exigindo assim uma maior insistência e capacidade de entendimento do entrevistador (Cooper & Schindler, 2016)

Tais entrevistas foram aplicadas de forma remota e virtual junto a cinco coordenadores de projetos sociais e organizações do terceiro setor, visto seu amplo conhecimento e percepção sobre o tema da pesquisa, sendo eles:

- ✓ Ator 1: Coordenador(a) Geral de Projeto Social - responsável por grande parcela de ações sociais de alimentos, móveis e vestimentas a pessoas em condições sociais de dificuldade em município de pequeno porte.
- ✓ Ator 2: Assistente Social de uma Associação - capacita e direciona jovens para o mercado de trabalho em município de pequeno porte.
- ✓ Ator 3: Coordenador(a) Geral de uma Associação - que acolhe jovens e adolescentes em situações precárias em município de pequeno porte.
- ✓ Ator 4: Coordenador(a) Geral de Projeto Social de extensão nacional - que atua amplamente no território nacional.

✓ Ator 5: Presidente de Projeto Social - que utiliza o esporte e a cultura como ferramenta de inclusão social em uma capital do Brasil.

Para analisar os dados coletados, utilizou-se do método de análise de conteúdo, que buscou categorizar as respostas e compará-las à hipótese sendo um caminho que facilita o apuramento, sendo possível analisar as falas, considerando frequência, ordem e outros fatores (Bardin, 1977). Além disso, entender como falam, quando falam e quem falam os termos, ajudaram o pesquisador a esclarecer resultados relevantes para a confirmação ou não da hipótese previamente apresentada (Bardin, 1977).

Esse método possui algumas etapas, sendo elas: pré-análise, exploração do material, tratamento de resultados, inferência e interpretação, sendo uma técnica utilizada para analisar e extrair o conteúdo das mensagens (Bardin, 1977). O pesquisador deve olhar além do que simplesmente está escrito, devendo ter uma visão em segundo plano nas respostas dos entrevistados para alcançar resultados satisfatórios para sua pesquisa (Bardin, 1977).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados e discussões estão subdivididas nos seguintes tópicos: destinações dos serviços prestados pelas organizações sociais, percepções das organizações sobre a atuação do Estado frente às demandas sociais, Aspectos gerais sobre a relação Estado-Terceiro Setor e o meio social sem os serviços prestados pelo Terceiro Setor.

Destinações dos serviços prestados pelas organizações sociais

Ao analisar os resultados obtidos por meio das entrevistas, pode-se entender e verificar quais são as vertentes e frentes sociais no qual as organizações atuam, sendo o assistencialismo social, emprego, acolhimento e abrigo, meio ambiente, esporte, cultura e educação, constatou-se que as organizações podem também atuar em frentes secundárias para garantir boas condições de vida a seus usuários.

Abaixo temos a figura 1, que mostra o que dizem os entrevistados sobre tais assuntos.

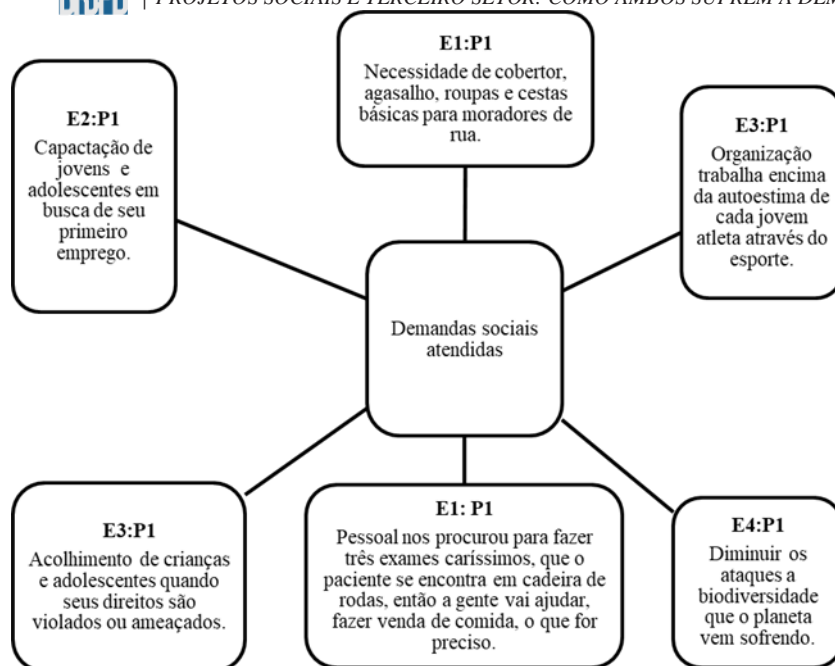


Figura 1. Demandas sociais atendidas pelas organizações

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a figura montada por meio das entrevistas, pode-se confirmar o que foi abordado por Moura e Fernandes (2009): que essas organizações atuam em diversas camadas e aspectos sociais, mostrando que é realmente nos problemas que as mesmas se alicerçam, muitas vezes atuando em setores secundários a fim de atender a comunidade.

Nota-se a diversidade de campos de atuação que tais organizações atendem, mostrando o quanto o Terceiro Setor é amplo e relevante para as condições de vida em comunidade, e como os problemas sociais são amplos na mesma magnitude.

Pode-se notar também que as respostas confirmam o que Gohn (2011) apresentou, onde dizia que se opor ao aparelho estatal foi uma característica primária marcante da época 1980, já atualmente são focadas nos anseios sociais de certa localidade, a fim de melhorar seus aspectos sociais.

Através dos respondentes, pode se confirmar tal constatação, onde se entende que as demandas por serem amplas e recorrentes, não são pautadas primeiramente na oposição ao Estado, percebe-se a notável mudança de comportamento e atuação perante o aparelho estatal. Atender as carências sociais é o foco principal para essas organizações nos dias atuais.

Percepções das organizações sobre a atuação do Estado frente às demandas sociais

Ao analisar os resultados obtidos por meio das entrevistas, verificou-se a percepção de cada organização sobre o Estado no que diz respeito a sua atuação no combate aos problemas sociais, sua percepção sobre a capacidade do mesmo conseguir solucionar tais problemas e sua parceria com o Terceiro Setor.

Apesar das percepções serem abrangentes, todos os respondentes concordaram que o Estado é o agente responsável primário para a resolução dos problemas sociais, tendo total capacidade de resolvê-lo. Alguns atribuem a questão política como um empecilho para a não realização de políticas sociais que venham a favorecer aqueles que buscam condições melhores para viver em sociedade.

Uma organização atribuiu à questão financeira como justificativa, para que o Estado venha a trazer responsabilidades de sua alçada para o Terceiro Setor, sendo que ao seu modo de ver, esse movimento custa menos aos cofres públicos. Outro respondente atribui a falta de agilidade ao não atendimento as políticas públicas sociais.

Abaixo temos as percepções dos respondentes sobre o assunto tratado:

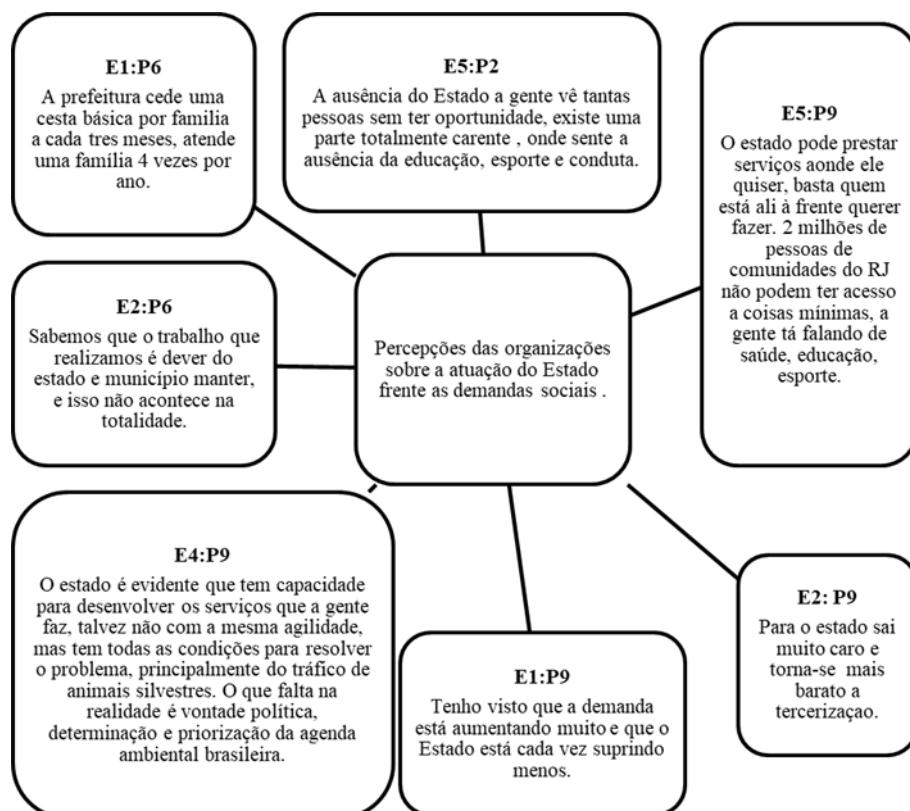


Figura 2. Percepções das organizações sobre a atuação do Estado frente às demandas sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os entrevistados concordaram que o Estado tem totais condições de desenvolver os serviços que são hoje prestados pelas organizações como sintetizou Dantas et al. (2017), mas que por vezes não o faz, seja por opções políticas do governo em questão, desencargo de responsabilidade ou falta de agilidade, devido a forma burocrática de trabalho em que atua o Estado, sendo assim, esse resultado vai de encontro ao que foi apresentado por Faé (2017), que salientou que políticas públicas não planejadas, tendem a se tornar problemas futuramente, problemas esses que ao persistirem, tendem a se tornar recorrentes, o que conseqüentemente é o estopim para a criação de novas organizações.

Para compreendermos de forma objetiva tal resultado, observemos a figura a seguir.

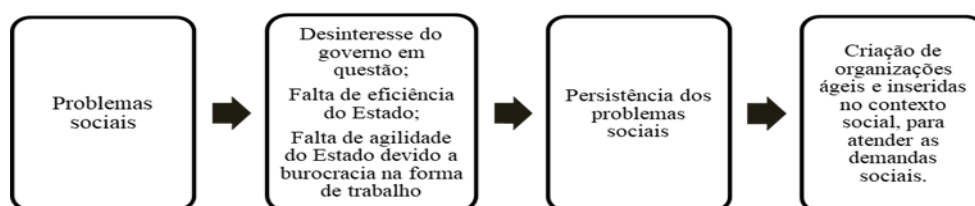


Figura 3. Processo de criação de organizações sociais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas referências já abordadas e entrevistas coletadas, pode-se concluir que o processo de criação de tais organizações decorre dos problemas sociais, que posteriormente ao não serem resolvidos, tendem a gerar uma movimentação por parte da sociedade civil para conseguir atender as carências, visto que seu grau de interesse para com tais assuntos é alto, sendo que o fato de serem organizações ágeis - diferentemente do Estado – contribui para que possam desenvolver respostas mais rápidas a tais problemas.

Aspectos gerais sobre a relação Estado-Terceiro Setor

De acordo com as entrevistas realizadas, pode-se perceber que embora considerada importante, a parceria com o poder público é algo que por vezes pode simplesmente ser ignorado por algumas organizações, visto que essa relação pode ter conseqüências que desagradam a forma de trabalho delas.

De forma geral, das 5 organizações entrevistadas, apenas 3 possuem algum tipo de relação contínua com o poder público, sendo que dessas, apenas 2 recebem recursos financeiros do Estado para complementarem sua planilha orçamentária a fim de dar prosseguimento as atividades. Apesar de receber o repasse do poder público, uma organização reforça o desejo de ser independente, pois de acordo com a organização o sonho é ter a própria fonte de renda. Já outra organização que recebe recursos públicos, compreende que tais recursos são fundamentais para manter os serviços prestados.

Outra organização não tem e não pretende ter recursos públicos em sua planilha orçamentária, ela compreende que isso acarretaria menos autonomia no desempenho de suas atividades, apesar de ter uma relação de colaboração em atividades eventuais.

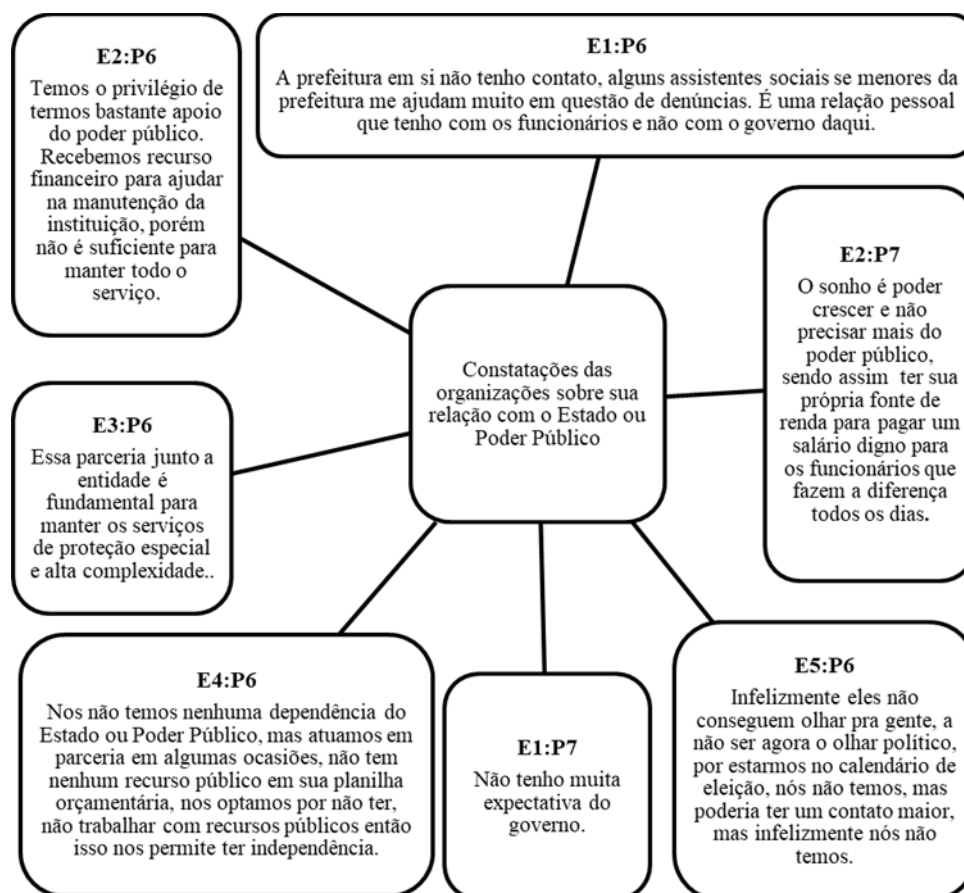


Figura 4. Constatações das organizações sobre sua relação com o Estado ou poder público

Fonte: Elaborado pelos autores.

Carvalho e Porto (2016), dizem que há uma aceitação do Estado em receber e acatar as organizações, de certa forma o Estado percebeu o quão importante eram essas organizações para ele próprio, como para a população, visto a aceitação e seus benefícios amplos e multisetoriais nas camadas sociais brasileiras, houve a partir daí uma maior relação entre o Primeiro e o Terceiro Setor. Isso não pode ser dito de uma forma geral, visto que 4 das 5 organizações entrevistadas tem de alguma forma – se relacionando ou não com o poder público – constatações de no mínimo melhoria na sua relação, seja problemas na insuficiência dos recursos destinados, política que atrapalha as relações, falta de um olhar mais atento para organização ou até mesmo a falta de autonomia após a relação se concretizar, visto a grandeza do Estado frente a organização e a burocracia do mesmo para lidar com os processos.

Nota-se um Estado que não consegue manter suas ações sociais de modo contínuo e que também não consegue subsidiar de forma adequada as instituições para que consigam realizar o trabalho a fim de atender as expectativas que são justamente os problemas sociais.

Pode-se perceber de forma notável, a vontade das organizações em desenvolver suas atividades de uma forma autônoma, o convênio que viria para ser uma alternativa menos ferrenha que os contratos, conforme esclareceu Ribeiro (2015), por vezes vem acompanhado de um benefício que carrega consigo certos empecilhos na sua destinação, o que trava a liberdade das organizações sociais no seu uso, tornando o serviço da organização burocrático, o que vai à contramão do modo de trabalho do Terceiro Setor.

O meio social sem os serviços prestados pelo Terceiro Setor

Ao abordar os entrevistados por meio das entrevistas, pode-se constatar como tais representantes das organizações enxergam hipoteticamente a sociedade sem seus respectivos serviços sendo prestados. Pode-se notar o grande enaltecimento que cada representante deu para a sua organização, como cada um demonstrou as melhorias em seu espaço e sua relevância.

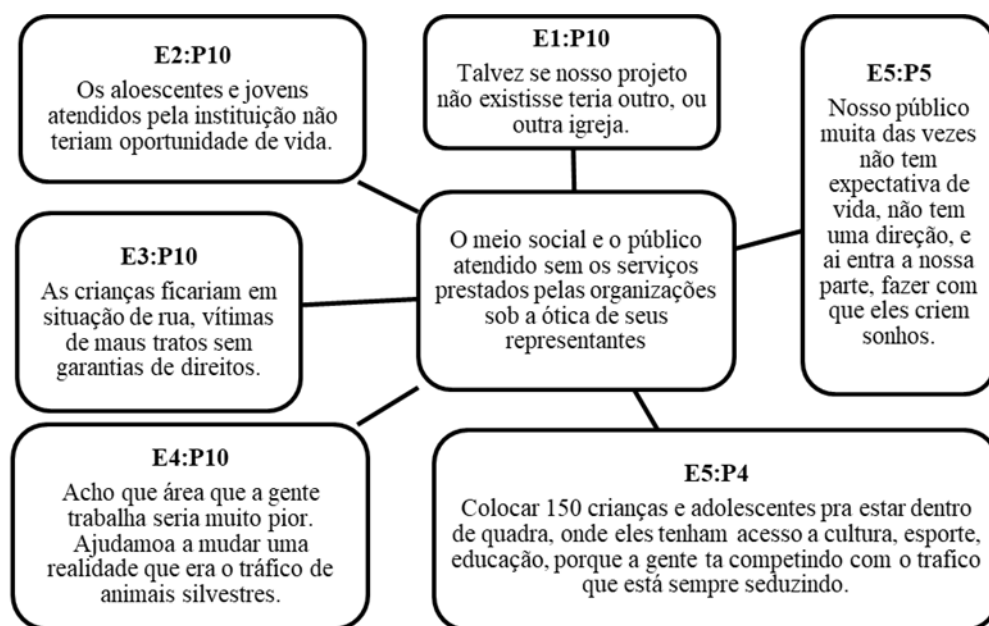


Figura 5. O meio social e o público atendido sem os serviços prestados pelas organizações sob a ótica de seus representantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar as repostas dos entrevistados, pode-se constatar que a existência, continuidade e qualidade dos serviços prestados pelas organizações contribuíram para um cenário melhor quanto as questões sociais, pois de acordo com o que foi coletado, a sociedade estaria em uma debilidade social em questões de emprego, juventude, meio ambiente e uma briga contra fatores de segurança pública que de certa forma poderiam impactar diretamente nas questões de educação e cultura.

Como conceituado anteriormente por Paes e Santana (2014), o Estado caso queira ser considerado como uma sociedade evoluída deve fornecer a sua população a garantia da cidadania, por meio de aspectos sociais que são inerentes a todo ser humano, nota-se, portanto uma clara discrepância entre o papel do Estado na questão social de cada cidadão e suas ações de modo a

atender aqueles que são seus objetivos, pois como já observado anteriormente, a constante demanda social é filtrada, remodelada e colocada de volta a sociedade com direitos e garantias de dignidade através dessas organizações.

Já como trouxe Barcarollo (2013), é assegurado a população diversos direitos sociais, sendo eles: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância e a assistência aos desamparados. O Estado passa a considerar importante para uma vida digna, que tais direitos sejam respeitados e assegurados, sendo assim nota-se que a vida digna citada pelo Estado está longe de ser assegurada de forma concreta, visto que ele não atende sua população de forma eficaz, aonde tais problemas vêm sendo tratadas com mais zelo pelo Terceiro Setor, este não presente na constituição de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do artigo em questão foi compreender de que forma os projetos sociais e Terceiro Setor suprem a demanda do poder público, visto a grande importância que esse setor vem tendo socialmente e estatisticamente, visto sua grande inserção no país. O presente artigo obteve resultados através de pesquisas semiestruturadas, onde se concluiu que o Terceiro Setor supre a demanda do poder público por meio de seus campos de atuação, a demanda é atendida de forma parcial devido ao aparelho estatal falhar ao subsidiar tal setor, sendo que foi possível concluir que seu papel no âmbito social é suprir as necessidades de seus indivíduos para que esses possam chegar a uma condição de dignidade.

Fatores como: política e governo, esquivas de sua incumbência e a forma de trabalho burocrática são o que atrapalham o Estado para que cumpra seu papel, o que posteriormente acarreta a criação de novas organizações pelo país, o que justifica o número contínuo e crescente apresentados pelo IBGE na introdução deste artigo.

Conclui-se também que as organizações do Terceiro Setor cumprem um papel fundamental na formação cidadã de cada indivíduo atendido, pode-se concluir também que a relevância das mesmas é tanta quando se imagina uma sociedade sem a prestação dos serviços, distante dos direitos firmados pela constituição de 1988. Notou-se uma vontade das organizações em desenvolverem-se de forma autossustentável e independente, para conseguir realizar suas atividades da maneira que mais agradam.

Quanto às limitações deste estudo, pode-se indicar a amostra entrevistada, que poderia ser maior para conseguir resultados ainda mais abrangentes. Além disso, a busca e encontro por organizações relevantes em suas respectivas comunidades se deu de forma difícil, visto a pouca divulgação que essas organizações possuem. Foram encontradas limitações quanto a sua teoria sobre o assunto que relaciona tais setores, Estado e Terceiro Setor.

Como estudos futuros a serem realizados na área do Terceiro Setor e Estado, recomenda-se uma análise direcionada e mais profunda sobre a independência das organizações do Terceiro Setor para que possam desenvolver suas atividades com foco nos seus ideais. Recomenda-se também a análise bilateral, sendo a confrontação das experiências e constatações tanto do Estado como do Terceiro Setor para com o tema. Ampliar a amostra para conseguir resultados amplos baseados na

experiência de cada local ou região, e posteriormente seu respectivo governo, para saber ambas as percepções de Estado e Terceiro Setor de diversas partes do país.

REFERÊNCIAS

- Andrade, A. M., & Santana, H. V. (2017). Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(3), 781-798.
- Barcarollo, F. (2013). O dever fundamental de pagar impostos como condição de possibilidade para a implementação de Políticas Públicas. *Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento - RFPTD*, 1(1), 1-36.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Basto, L. S. P., Neves, O. H. S., Pereira, P. R., Costa, R. S., & Loreiro, V. P. (1993). Organizações públicas brasileiras: a busca da eficiência, da eficácia ou da efetividade?. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 142-146.
- Calixto, L. (2009). As Interrelações Ongs Ambientalistas, Estado E Setor Privado – Uma Análise À Luz Das Hipóteses De Tocqueville. *Revista Alcance*, 16(2), 241-259.
- Carvalho, P. L., & Porto, F. G. R., Jr. (2016). O papel do terceiro setor na promoção do desenvolvimento social no Brasil. *Revista Humanidades e Inovação*, 3(1), 90-97.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de Pesquisa em Administração*. (12th. ed.). AMGH Editora Ltda.
- Dantas, M. K., Oliveira, L. R., Ferolla, L. M., Paschoalotto, M. A. C., Lopes, J. E. F., Passador, J. L., & Passador, C. S. (2017). Cross-sectoral assessment of public policies in health and the environment: Scenario of the municipalities in the state of Sao Paulo. *Evaluation and Program Planning*, 65, 30-39.
- De Sordi, J. O. (2017). *Desenvolvimento de projeto de pesquisa*. (1st ed.). Saraiva.
- Dupont, F. R., & Diehl, R. C. (2015). A função extrafiscal do tributo enquanto vetor das políticas públicas: a juventude brasileira na agenda política. *Revista Barbarói [Edição Especial]*, (44), 4-17.
- Fabriz, D. C., & Teixeira, M. T. (2017). A Crise do Estado do Bem-Estar Social na Perspectiva de Jürgen Habermas. *Revista Direito e Liberdade*, 19(1), 59-84.
- Faé, R. (2017). O papel do estado no Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Revista da UNIFEPE*, 1(20), 181-203.
- Faria, A. M. J. B. (2018). Novos rumos da tributação no Brasil. *Revista de Direitos Difusos*, 69(1), 65-75.

- Gohn, M. G. (2011). Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. *Revista Política & Sociedade*, 10(18), 233-244.
- Gois, M. S. de. (2018). *Contabilidade Para Entidades Do Terceiro Setor* [Dissertação de Graduação, Unime de Salvador].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: 2016*.
- Iglesias, E. V. (2010). O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina. *Revista CEPAL*, 45-53.
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, 13(1), 25-36.
- Marques, B. A., Rody, P. H. A., Reina, D., & Campos, G. M. (2015). Terceiro Setor: panorama das tendências de 1998 a 2013 por meio de um estudo bibliométrico. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 34(2), 71-89.
- Matias Pereira, J. (2019). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. (4th ed). Atlas.
- Moura, L. R., & Fernandes, A. S. A. (2009). Terceiro Setor: uma tentativa de delimitação e caracterização. *XXXIII EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*. ANPAD.
- Paes, J. E. S. & Santana, H. L. S. (2014). O terceiro setor como elemento estratégico da sociedade civil em um estado social pós-moderno. *REPATS – Revista de estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, 1(1), 176-189.
- Ribeiro, L. C. (2015). O novo marco regulatório do Terceiro Setor e a disciplina das parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e o Poder Público. *Revista Brasileira de Direito Público*, 13(50), 95-110.
- Ribeiro, M. F., Nunes, G., & Almeida, P. S. (2018). O desenvolvimento dos direitos fundamentais através da tributação: políticas públicas como fomento do bem-estar social. *Meritum*, 13(1), 128–146.
- Santos, A. P., & Noleto, C. (2019). Crise do Estado e da Gestão Pública. *Revista Multidebates*, 3(2), 62-77.
- Santos, F. P. V. de. (2018). *A crise do Estado Social: a desconstrução do pensamento de um Estado Prestador na Proteção Social, no âmbito do Rendimento de Inserção Social, a partir do século XXI* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].
- Viegas, E. R. S., Santana, C. F. P. Á., & Noda, C. M. C. (2020). O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 43415–43425.



Submetido em: mai. 2021.

Aprovado em: ago. 2021.

Publicado em: dez. 2021.